



CONCEPÇÕES DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E PRÁTICAS PROFISSIONAIS: AMPLIAÇÃO DO DIREITO A SAÚDE POR MEIO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

LORENA PEREIRA COLOMBO; JÚLIA RIBEIRO FELISBERTO; LÍVIA DE SOUZA ARRUDA;
ANDRÉ MOTA DO LIVRAMENTO

INTRODUÇÃO: concepções críticas acerca do conceito de saúde tem convocado pesquisadores e profissionais a reconhecer os seus determinantes sociais. Compreendemos a adolescência como construção social e reconhecemos que as políticas públicas direcionadas a esse público influenciam concepções acerca da adolescência. Ao longo do percurso histórico no Brasil a infância e adolescência passaram por práticas de intervenção corretiva, sob o controle do Estado. O modelo de assistência produziu uma lógica segregadora e pejorativa que associava pobreza e delinquência. O Estatuto da Criança e do Adolescente rompeu com essa perspectiva, afirmando os direitos e deveres da população infantojuvenil brasileira por meio da Doutrina de Proteção Integral. Nesse contexto, percebe-se a necessidade de investigar como as políticas públicas estão se efetuando no cotidiano dos serviços. **OBJETIVOS:** investigar as concepções e práticas profissionais de adolescente em conflito com a lei entre profissionais que atuam em programa de medida socioeducativa em uma cidade do noroeste do Espírito Santo. **METODOLOGIA:** foram entrevistados profissionais responsáveis pela aplicação de medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida, sendo eles, um psicólogo, um advogado, um assistente social e um educador social. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, efetuada individualmente. A análise dos dados se deu por meio da Análise de Conteúdo. **RESULTADOS:** Foram observadas concepções que orientam um modelo assistencial humanizado, reconhecendo os adolescentes atendidos como sujeitos de direitos, com práticas profissionais comprometidas com a transformação da realidade desses jovens em conflito com a lei, que vivem situações de vulnerabilidade social. **CONCLUSÃO:** As principais análises indicaram que há entre os participantes do estudo concepções ancoradas na Doutrina da Proteção Integral, aspecto que favorece a constituição de olhares e práticas profissionais alinhadas aos princípios e normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei, Concepções sociais, Medida socioeducativa, Políticas-públicas, Saúde.